



OFICINA DO CES

ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

CRISTINA M. M. DE ALENCAR

**BIOCOMBUSTÍVEIS NA DINÂMICA DE
DESENVOLVIMENTO NA BAHIA: UMA
AGENDA PACTUADA?**

**Setembro de 2014
Oficina n.º 416**

Cristina M. M. de Alencar

**Biocombustíveis na dinâmica de desenvolvimento na Bahia:
uma agenda pactuada?**

**Oficina do CES n.º 416
Setembro de 2014**

OFICINA DO CES

ISSN 2182-7966

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087

3000-995 COIMBRA, Portugal

Cristina M. M. de Alencar*

Universidade Católica do Salvador, Brasil

Biocombustíveis na dinâmica de desenvolvimento na Bahia: uma agenda pactuada?¹

Resumo: A pauta de produção de biomassa para biodiesel, no Programa Bahiábio, embora inclua o segmento da agricultura familiar como fornecedor de matéria prima, no contexto da política nacional brasileira de produção de biodiesel, não resulta efetivamente de uma agenda pactuada. Esta constatação decorre de pesquisa qualitativa realizada na unidade de planejamento do governo da Bahia – Brasil, denominada Território de Identidade Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte. A metodologia de abordagem foi de análise e síntese de relações entre escalas do processo de desenvolvimento e entre políticas públicas intra e entre esferas de governo, postas em diálogo com as perspectivas de desenvolvimento dos agricultores familiares locais. Os procedimentos foram revisão bibliográfica e documental, participação em eventos e reuniões de gestão da execução do Programa, realização de oficina com agricultores familiares, entrevistas com agricultores, técnicos e gestores. Com análise de conteúdos problematizou-se o padrão de desenvolvimento urbano industrial espreado sobre espaços rurais de trabalho e vida do agricultor familiar assumido como sujeito social rural.

Palavras-chave: agricultura familiar; desenvolvimento; agrocombustíveis; agenda de desenvolvimento; biocombustíveis.

I. Introdução

A produção de biomassa para biocombustível enquanto pauta de uma agenda de desenvolvimento, num governo democrático parece ser uma possibilidade de equilíbrio de questões energéticas e de desigualdade socioeconômica em perspectiva ecossocioeconômica como propõe Ignacy Sachs ao alertar que “[...] Mais do que nunca, precisamos retornar à economia política, que é diferente da economia, e a um planejamento flexível negociado e contratual, simultaneamente aberto para as preocupações ambientais e sociais” (Sachs, 2008: 60). Nesse sentido, e ainda inspirado pelo mesmo autor, caberia a realização de um planejamento dialogado entre o governamental e o não governamental que pactuasse uma agenda de desenvolvimento

* Contato: cristinamm@ucsal.br

¹ Este artigo é um destaque do Relatório da pesquisa *Desenvolvimento socioambiental na coexistência rural-urbana sob influência metropolitana*, financiada pelo CNPQ conforme Processo n.º 477516/2009-2 Edital – Universal 2009, que teve como um de suas metas a avaliação da predisposição de produtores rurais familiares incluírem oleaginosas para biomassa em suas pautas de produção, a qual é destaque neste trabalho.

em que a segurança energética que respalda a busca de fontes renováveis de energia como a biomassa atendessem simultaneamente aos critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica.

O diálogo certamente seria carregado de tensões, e uma dessas tensões expressasse no conteúdo que o conceito do combustível produzido por biomassa carrega em termos do hegemônico e do contra-hegemônico na dinâmica da economia política.

Enquanto biocombustível é a denominação hegemônica e generalizadamente utilizada para designar o combustível cujas matérias-primas são de origem vegetal, a denominação contra-hegemônica é agrocombustível, como adotada pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE e pela Rede Brasileira pela Integração dos Povos – REBRIP, problematizando criticamente o uso generalizante:

O termo “agrocombustíveis” e não “biocombustíveis” escolhido para definir combustível produzido a partir da biomassa foi uma opção deliberada, tem como objetivo esclarecer que as práticas vigentes para as produções de etanol e de diesel a partir de produtos agrícolas, no Brasil e no mundo, não condizem com a palavra bio, do grego quer dizer vida. (FASE e REBRIP, 2008: 9)

Mesmo concordando com a crítica formulada pelas FASE e REBRIP à denominação de biocombustíveis, chamando à atenção para o fato de que a vida não é apenas vegetal cultivado, utiliza-se nesta pesquisa essa denominação por ser esta a que é reconhecida pelos segmentos não governamentais para identificar a política nacional de bioenergia quando chamados para inserirem-se no processo de planejamento.

Contudo, é preciso sublinhar que em meados da década de 1970 o Brasil, motivado pela crise do petróleo de 1973, implantou o Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL, programa de combustível vegetal para produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, para o qual a dinâmica da vida das populações rurais locais foi desconsiderada. Ao desconsiderar a dinâmica existente, o Programa não inseriu no seu conteúdo programático, a reprodução material e social dessas populações rurais que trabalhavam e viviam onde foram implantados os canaviais. O mesmo tratamento seguiu-se, ao longo do tempo, em relação aos trabalhadores rurais que passaram a trabalhar nesses plantios, processo já amplamente pesquisado, e que nega a denominação do etanol como biocombustível (Aragão, 1997; Favareto, Magalhães e Schroder, 2008; Carvalho e Marin, 2011; entre outros). Além disso, apesar de contemporaneamente se expandir tendo em vista responder às questões ambientais e à

demanda por energia decorrente do padrão de desenvolvimento urbano-industrial, o PROÁLOOL é avaliado por Bermann, Moreno, Domingues e Rosenberg (2008), como a

[...] expressão mais elaborada das dificuldades de implementação de um programa de substituição de combustíveis fósseis sob ação dos mecanismos de mercado (que se seguiram à primeira fase, onde prevaleceram os subsídios governamentais). É também o exemplo mais evidente de como eventuais benefícios ambientais são apropriados para manter privilégios. (Bermann *et al.*, 2008: 60)

A constatação dos danos sociais causados por esse programa para a agricultura familiar levou a Presidência da República do Brasil no governo Luis Inácio Lula da Silva a intuir o Selo Combustível Social – SCS como parte do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - PNPB, seguido pelo Estado da Bahia, no governo Jacques Wagner com o Programa de Bioenergia – Bahiabio.

Favareto *et al.*(2008) afirmam que:

O objetivo do PNPB é a implementação de forma sustentável da produção e uso do biodiesel, valorizando a diversidade e os potenciais regionais na produção de oleaginosas e garantindo a geração de emprego e renda em áreas rurais. Ou seja, o PNPB propõe convergir a estratégia de diversificação da matriz energética com os objetivos sociais do desenvolvimento. Isso porque, no caso do Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool), nos anos 1970, apesar do sucesso econômico e da inovação tecnológica gerada pelo Programa no Brasil, o modelo de produção adotado foi socialmente excludente. (2008: 2-3)

Segundo a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia – AGERBA,² o programa do governo da Bahia vislumbra como meta o cultivo de 600 mil hectares de matéria-prima para produção do biodiesel, contemplando os territórios de Irecê, Piemonte Norte do Itapicuru, Chapada Diamantina, Recôncavo, Nordeste II, Portal do Sertão, Baixo Sul, Sul, e Litoral Norte-Agreste de Alagoinhas.

A pauta de produção de energia é examinada, neste artigo, no âmbito da ação governamental na Bahia – Brasil, através das Secretarias de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI) na indução à produção de biomassa como uma das soluções para a questão energética e com

² Consultado a 31.07.2009, em www.agerba.ba.gov.br

direcionamento político de inserção da Agricultura Familiar no fornecimento desta matéria-prima.

Das inúmeras possibilidades de compreensão desse processo, destacamos na relação entre sociedade e natureza que a constituem, tensões que introduzem mediações produzidas pela lógica urbana industrial no cotidiano dos sujeitos rurais, documentalmente contemplados a partir da adoção dos Territórios de Identidade³ como delimitadores das bases físicas para atuação governamental.

É no sentido das novas unidades de planejamento que, em documento intitulado *Experiências da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Programa de Bioenergia do Estado da Bahia*, Andrade, Santos e Lopes (2009) afirmam haver compreensão do governo do Estado em geral e em particular no Programa de Bioenergia do Estado da Bahia, de que o desenvolvimento deve respeitar as vocações dos territórios, a natureza e a cultura do povo que nela vive e suas expectativas.

Ao assumir a abordagem territorial para configuração das unidades de planejamento, o governo expressa clara disposição política em considerar outras dimensões da realidade no processo de planejamento governamental, que até então privilegiara a dimensão econômica. Desse modo, cabe examinar se a pauta de produção de biomassa para biodiesel, no Programa Bahiabio resulta efetivamente de uma agenda pactuada entre os segmentos sociais a serem envolvidos considerando o povo que vive nos Territórios de Identidade como sujeitos sociais rurais.

II. O local e o global na agenda dos biocombustíveis na Bahia

Na apresentação do Programa de Bioenergia da Bahia, o titular da Secretaria parceira declara adicionalmente que:

A Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária está formulando um conjunto de ações a serem implantadas com o objetivo de criar mecanismos eficientes para diversificar a matriz energética no Estado da Bahia.

Este programa insere na agricultura do Estado um novo sistema de produção agrícola, a agroenergia, não destinado a produção de alimentos, e, sim, responsável pela produção de matérias-primas energéticas renováveis, que

³ Território de Identidade é a unidade de planejamento adotada pelo governo da Bahia a partir de 2007, no governo de Jacques Wagner, em substituição às Regiões Econômicas, a partir da divisão do estado em Territórios Rurais, sob a liderança do Ministério do Desenvolvimento Agrário quando o Presidente da República era Luis Inácio Lula da Silva e o governador da Bahia era Paulo Souto, não alinhados politicamente, portanto, governo do estado contrário aos Territórios Rurais.

deverão gradativamente substituir a energia oriunda do petróleo e do carvão mineral, altamente agressivas ao equilíbrio climático ambiental. (Bahia, 2008: 1)

Segue arrolando as justificativas de a Bahia ao desenvolver o programa: “[...] atender ao chamado mundial para produzir combustíveis renováveis e de menor impacto ambiental [...]”. O programa é composto de três subprogramas: etanol, biodiesel e cogeração de energia, e objetiva: “incentivar e desenvolver a produção de bioenergia na Bahia, visando atender demandas dos mercados interno e externo cujas metas deverão ser alcançadas intensificando esforços para a promoção do agronegócio baiano” (Bahia, 2008: 7-8).

Próprio da totalidade enquanto sociedade capitalista, a intensificação do agronegócio vem constituindo as agendas de desenvolvimento dos governos brasileiros, exitosamente, desde o desenvolvimento urbano industrial metropolitano iniciado na década de 1950, e se mantém no governo da Bahia “intensificando esforços” mesmo tendo mudado a unidade de planejamento de Região Econômica para Território de Identidade - TI. Os TI, sendo originalmente Territórios Rurais conformados sob a liderança do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, carregam a agricultura familiar e a questão agrária como identitárias, enquanto o agronegócio é alocado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Desse modo, dois conteúdos, não necessariamente conciliáveis, aparecem na pauta de produção de energia renovável para a agenda de desenvolvimento do governo baiano: “... estabelecer o balanço geral do desenvolvimento entre as diferentes regiões do Estado da Bahia, *respeitando as suas vocações, que por sua vez representa a natureza, e a cultura do povo que nela vive, além de suas expectativas.*” e “... atender ao chamado mundial para produzir combustíveis renováveis e de menor impacto ambiental ... (cujas) metas deverão ser alcançadas *intensificando esforços para a promoção do agronegócio baiano*” (itálicos nossos). A dificuldade de conciliação se expressa não por serem escalas diferentes, tomando-se a Bahia e o Brasil como escala geográfica local, no âmbito da escala global do “chamado mundial”, mas por colocar em xeque os interesses de trabalho e vida constituintes das identidades sociais dos sujeitos rurais moradores locais. Desse modo, a identidade rural dos Territórios Rurais, metamorfoseados em Territórios de Identidade, revela interesses antagônicos aos interesses de produção em escala mundial com acumulação de capital, constituintes das identidades sociais dos capitalistas agrários ausentistas ao territorializarem o capital.

O TI Agreste de Alagoinha/Litoral Norte, na Bahia, examinado neste artigo, traz a identidade rural aqui referida, enquanto o TI Metropolitana de Salvador que lhe faz fronteira, expressa a força do ordenamento urbano industrial sobre as diretrizes de desenvolvimento do estado (Alencar, 2011). Esse ordenamento dá continuidade histórica ao padrão de desenvolvimento, desenhado pelo governo militar que assumira o poder como ditadura política em 1964, através de polos de investimento com a criação das primeiras Regiões Metropolitanas do Brasil, dentre elas a Região Metropolitana de Salvador que se tornou macrocéfala em relação às demais regiões da Bahia.

Antes de examinarmos o conteúdo em escala global, que é a questão ambiental que perpassa a necessidade de produção de biocombustíveis como energia de fontes renováveis, é preciso sublinhar que a abordagem territorial que vimos problematizando diz respeito à questão da escala em termos econômicos que tem implicações na escala geográfica.

Pereira (2011) refere-se à tentativa de equacionamento, pelo Banco Mundial, das duas escalas frente à questão ambiental, o que fez com que publicasse seu relatório antes do evento ambientalista mais importante na década de 1990, a ECO-92, visando conciliar o “desenvolvimento sustentável” com o programa neoliberal.

O relatório afirmava que havia reciprocidade entre crescimento econômico e preservação ambiental, na medida em que somente com o crescimento seria possível não apenas arcar com os custos da proteção ambiental, mas também diminuir a pressão social sobre a natureza, uma vez que a renda dos mais pobres – obrigados, por sua condição, a exaurir ou depredar os recursos naturais – aumentaria. Argumentava também que a escassez de recursos naturais criaria uma demanda por pesquisas direcionadas a superar os obstáculos ao progresso econômico, levando as sociedades a substituir de maneira mais racional recursos abundantes por escassos. A idealização do poder da tecnologia que dava suporte a essa visão projetava um cenário irreal em que todos ganhariam com o crescimento econômico e a redução da pobreza, desde que os governos adotassem políticas liberalizantes, uma vez que somente o livre mercado poderia fazer a atividade econômica crescer com eficiência máxima no uso dos recursos. A exaltação de estratégias em que todos supostamente ganham e a negação de *trade-offs* entre crescimento e preservação do meio ambiente foi utilizada para escamotear a profunda injustiça ambiental que marca as sociedades contemporâneas, em particular na periferia, caracterizada pela concentração de poder na apropriação dos recursos socioambientais e pela imposição da maior carga dos danos ambientais a populações de baixa renda e grupos étnicos subalternizados. (Pereira, 2011: 243)

No contexto das relações entre sociedade e natureza que produzem tensões decorrentes da lógica urbana industrial no cotidiano de populações rurais, a questão ambiental constitui a inovação histórica na agenda de questões-problema do desenvolvimento, tornando a natureza novamente visível. A condição natural da espécie humana em sua relação direta com a natureza que lhe é externa possibilitou construir espaços e territórios em que é possível reconhecer esta natureza como condição imanente, donde o rural emerge como mundo para as populações que ali habitam. Do mesmo modo, é possível reconhecer a natureza intensamente mediada pelas transformações tecnológicas para as populações que habitam as zonas urbano-industriais metropolitanas. As condições concretas em que as sociedades contemporâneas vivenciam as mediações entre sociedade e natureza é que levaram Pereira (2011) a delinear a questão ambiental, como citado, enquanto profunda injustiça ambiental, “em particular na periferia, caracterizada pela concentração de poder na apropriação dos recursos socioambientais e pela imposição da maior carga dos danos ambientais a populações de baixa renda e grupos étnicos subalternizados” (Pereira, 2011: 243).

Voltamos, nesses termos, à questão das escalas econômicas e geográficas que torna mais complexa a possibilidade de conciliação num projeto nacional de desenvolvimento, da sustentabilidade ambiental com o neoliberalismo, da produção de biocombustíveis como agronegócio para a reprodução e acumulação do capital com produção da biomassa pelo rural dos territórios rurais, sendo que as populações de baixa renda, os grupos subalternizados rurais e urbanos estariam assumindo a maior carga dos danos ambientais.

Contudo, a produção de biomassa para biocombustível se legitima na agenda de desenvolvimento em nome de uma suposta sustentabilidade ambiental diante do estrangulamento planetário previsto em termos de esgotamento de fontes energéticas e desequilíbrio climático. Os biocombustíveis respondem e ao mesmo tempo requerem mercados em intensidade metropolitana e escala global, enquanto as unidades de planejamento para o desenvolvimento do estado da Bahia, no discurso governamental, são territoriais de modo a ter como consequência a valorização dos recursos e dos potenciais das populações locais no desenvolvimento, como citado a seguir.

O Território de Identidade, entendido como um espaço físico, geralmente contínuo, caracterizado por elementos sociais, econômicos, ambientais e políticos

que definem um importante grau de coesão entre os que vivem e trabalham nesse espaço, favorece uma visão integradora dos atores sociais, dos mercados e das políticas públicas e, por consequência, uma valorização dos recursos e dos potenciais das populações locais nos processos de desenvolvimento.⁴ (Bahia, 2013)

Em Leroy (2008), examinando especificamente a problemática da produção de agrocombustíveis, é explícita a disputa por determinado sentido do desenvolvimento na totalidade social amadurecida que é a do desenvolvimento do capitalismo. Diz o referido autor:

Se o panorama é sombrio e a correlação de forças amplamente desfavorável ao nosso campo, é bom lembrar que há uma disputa. Disputa entre uma macro economia e uma economia social, entre o mercado mundial e uma economia local. Disputa entre um projeto totalitário de corporações multinacionais acima dos Estados e um projeto de democracia política e econômica. Disputa entre um modelo de artificialização crescente da produção e projetos de agricultura familiar e camponesas sustentáveis. E disputas entre visões e construções de território. Mas haverá uma disputa real sobre os agrocombustíveis somente se nosso questionamento e nossas propostas se ancorarem numa outra percepção do que está em disputa, que é o próprio sentido do “desenvolvimento”, o futuro de uma sociedade mais igualitária e uma convivência mais harmoniosa com o planeta. (2008: 20-21)

Leroy não nos deixa esquecer que é preciso pactuar, mas que a efetividade de um pacto de agenda de desenvolvimento supõe a disputa fundante do sentido de desenvolvimento, do projeto de sociedade e, como acrescentaria Brandão (2007), do projeto de nação que não seria, necessariamente, o alinhamento ao desenvolvimento ditado pela hegemonia global do capitalismo.

O Brasil finaliza o século XX com processos de redemocratização que incluem o discurso da participação no planejamento governamental, ao tempo em que consolida o projeto desenvolvimentista urbano industrial que se modelou na década de 1970, e se efetivou de forma exitosa em seus objetivos, concentrador e centralizador nas áreas metropolitanas, apesar das lutas sociais questionadoras que fizeram emergir movimentos sociais de luta pela terra, pela água e pela sobrevivência do planeta, em prol da desconcentração da renda e dos meios de produção.

O século XXI se inaugura com tentativas de planejamento participativo e as Conferências Nacionais têm se constituído em espaço de debate democrático na

⁴ Consultado a 05.12.2013, em http://www.territoriosdabahia.org.br/index.php?pagina=p_institucional..

construção do que seria a agenda de desenvolvimento para o Brasil. Na 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável que ocorreu em Olinda/PE, em Junho de 2008, Maria Emília Pacheco chamou a atenção para a condição inconciliável entre o direito à natureza e declaração de representantes do agronegócio brasileiro de que o meio ambiente é que trava o desenvolvimento e afirma a inconstitucionalidade dessa visão do agronegócio,

[...] porque a Constituição, no seu artigo 225, diz que o meio ambiente é um bem comum. Um dos desafios nesse momento é também interrogarmos a economia com seus paradigmas. Não é possível continuar analisando os resultados econômicos se nós não computarmos que o modelo de desenvolvimento vigente provoca a degradação ambiental e a destruição das condições de saúde e alimentação das populações. (Pacheco, 2008: 41)

Na Bahia, as populações rurais do segmento social de produtores familiares, oficialmente denominados de agricultores familiares, integram a discussão do desenvolvimento a partir da indução pelo Estado através do Ministério de Desenvolvimento Agrário. A esse processo, o Estado denomina desenvolvimento territorial, o que deu visibilidade social ao mundo rural de trabalho e vida na Bahia, enquanto potencial de redefinição de diretrizes do desenvolvimento, colocando assim novas questões de governança. Dentre as questões de governança está a constituição legal regulamentada dos Territórios de Identidade, nova unidade de planejamento, e a efetivação dessa agenda na esfera da implementação dos programas e projetos. Contudo, a pauta de produção de energia renovável emerge na escala global, em dimensão planetária sem que os territórios sejam questionados sobre as prioridades dessas pautas para suas agendas identitárias de desenvolvimento.

Na escala nacional e local as transformações territoriais estariam revelando um programa de desenvolvimento com potencial de articular ações governamentais em que as populações historicamente preteridas na agenda de desenvolvimento nacional e estadual (a partir de 2007) ganhariam espaço político efetivo. Para esses governos populares eleitos, uma política acertada.

Além disso, a intervenção pública se mostra exitosa no cumprimento de metas, por exemplo, de incorporação de biomassa na composição do diesel, como informa Santos (2010), a seguir:

A Lei n.º 11.097/05, aprovada pelo Congresso Nacional, estabeleceu que, a partir de janeiro de 2008, a mistura B2 (98% de diesel + 2% de biodiesel) passou a ser obrigatória no território nacional. Assim, todo o óleo diesel comercializado no País deveria conter, necessariamente, 2% de biodiesel.

Esta lei estabelece os percentuais mínimos de mistura de biodiesel ao diesel mineral, além do monitoramento da inserção desse novo combustível no mercado. O prazo poderá ser reduzido mediante Resolução do CNPE, desde que satisfeitas às condições estabelecidas na própria. Do mesmo modo, foi estabelecido um Programa Nacional de Testes para misturas B5 – 5% de biodiesel adicionados a 95% de óleo diesel – que contempla apenas biodiesel de soja e mamona e que são de extrema importância tanto para a garantia da confiabilidade quanto da durabilidade da frota nacional circulante (Marques, 2006). Em janeiro de 2010, este percentual passou para 5%, ou seja, B5. Vale ressaltar que, a depender da evolução da capacidade produtiva e da disponibilidade de matéria-prima, entre outros fatores, esses prazos podem ser antecipados, mediante Resolução do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, conforme estabelecido pela Lei 11.097/05. Com a Resolução n.º 03, de 23 de setembro de 2005, o CNPE vem antecipando o volume de litros da mistura pela capacidade de produção, cuja obrigatoriedade se restringia ao volume do biodiesel produzido por detentores do “Selo Combustível Social” (Campos, 2006).

Desta forma, a partir de janeiro de 2010 o percentual de mistura obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado em todo país aumentou de 3% para 5%. A decisão foi tomada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a resolução foi publicada no Diário Oficial da União. (Santos, 2010: 10-11)

Convivendo como o sucesso tecnológico da inovação, persistem velhos problemas e surgem aqueles decorrentes da hierarquia urbana e do foco na competitividade que marcaram os modelos e os critérios de avaliação do desenvolvimento nas últimas décadas do século XX, opondo o padrão urbano de aglomeração à existência de diversidades como as que constituem o mundo rural frente à homogeneidade do agronegócio enquanto setor econômico.

III. Agenda de desenvolvimento articulada entre o governamental e o não governamental na Bahia

Nas cinco décadas que conformam a atual condição metropolitana do desenvolvimento, transitamos politicamente da ditadura ao planejamento participativo, com todas as limitações decorrentes das condições concretas da democracia brasileira, mas já considerando as vozes subalternizadas dos sujeitos rurais organizados em seus diferentes movimentos e fóruns. Contudo, permanece como questão institucional o diálogo entre forças desiguais nos diferentes âmbitos: entre não governamentais, entre governamentais e entre o não governamental o governamental.

O governo do estado da Bahia, no período relativo a esta pesquisa (2007-2010) assumiu o discurso do planejamento participativo alinhado ao governo federal, utilizando-se inicialmente das audiências públicas como espaço de ouvidoria da sociedade civil para subsidiar a formulação do seu Plano Plurianual de Investimentos, o PPA 2008 – 2011, Lei n.º 6.302 de 19 de dezembro de 2007.

Ao apresentar a Lei como documento de alocação de recursos, o governador Jacques Wagner afirmou:

Inaugurando um processo inédito na Bahia, o Governo do Estado abandonou a comodidade e as facilidades do planejamento realizado a portas fechadas, no conforto dos gabinetes, e deu início à inclusão efetiva da sociedade civil na formulação e implementação das políticas públicas. As plenárias do PPA Participativo foram realizadas nos 26 Territórios de Identidade que compõem o novo mapa de desenvolvimento do Estado e foram delimitados a partir do sentimento de pertença da população e da teia de relações sociais e econômicas a partir daí estabelecidas, o que permite o planejamento e a execução de políticas condizentes com as necessidades e potencialidades locais.

No que se refere a este Plano, a partir de agora, a sociedade contará com o Fórum de Acompanhamento do PPA, que ao longo dos próximos anos fará o monitoramento e a avaliação dos programas e ações juntamente com os técnicos do Governo. Este fórum será composto por representantes de todos os Territórios de Identidade. (Bahia, 2007: 11)

Os Territórios de Identidade (TI), como unidades de planejamento governamental, constituem, nesses termos, a instância representativa da sociedade civil, organizada em termos de Colegiados Territoriais (inicialmente Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável), devidamente homologados. A homologação, como divulgado na página oficial da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia,

É o reconhecimento institucional dos Colegiados Territoriais enquanto instâncias de gestão representativas da diversidade social dos Territórios. O processo de homologação será realizado pelo Cedeter, com apoio da CET e dos Governos Estaduais e Federais. O processo de homologação implicará na ampliação da diversidade nos Colegiados Territoriais. O objetivo é mobilizar os diversos segmentos sociais, entidades e movimentos visando garantir que este espaço (o colegiado) se torne o mais representativo possível. Para participar, os diversos sujeitos sociais presentes nos territórios deverão dialogar com os representantes dos Colegiados Territoriais a fim de construir um processo de formação e informação sobre a abordagem territorial. Esse processo deverá culminar na realização de uma ampla plenária, que deverá consolidar os representantes dos

poderes públicos, os segmentos e as entidades sociais que irão compor os colegiados.⁵

No sítio acima mencionado, encontra-se que “O CEDETER é o conselho estadual, instituído pelo decreto n.º 12.354/10, [...] fórum permanente de caráter consultivo e composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, [para] subsidiar o planejamento e as ações do governo nos 26 Territórios de Identidade.” A CET, que apoia o CEDETER no processo de homologação dos Conselhos Territoriais, é a Comissão Estadual dos Territórios, originada como instância de controle social, majoritariamente (2/3) composta pela sociedade civil aquando do processo de constituição dos Territórios Rurais (TR), diante da insegurança política em relação ao governo estadual. A eleição do governador em 2007 alinhou politicamente o governo da Bahia ao governo Federal, mas transformou os TR em TI e a CET passou a ser paritária.

A Região Metropolitana de Salvador (RMS), que conforme nossa interpretação, na condição de Região Econômica, tensionou a metamorfose de TR em TI (Alencar, 2011), não aparece na página *web* da Secretaria de Planejamento da Bahia – SEPLAN, entre os TI cujo Colegiado está disponibilizando os contatos dos seus integrantes, naquele sítio. Por sua vez, no sítio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR as informações são sobre a Região Metropolitana de Salvador, preservando a mesma composição dos municípios de quando a Região Econômica era a unidade de planejamento.⁶

Os TI contam com a atuação de um (a) articulador (a) territorial, contratado (a) mediante edital público. A institucionalidade política criada pelo governo com o planejamento a partir de Territórios de Identidade formalizou o diálogo entre o governamental e o não governamental, como o avanço incontestável de constituir-se em espaço de ouvidoria dos segmentos economicamente mais frágeis.

Por outro lado, também criada e gerida pela esfera governamental, a Rede Baiana de Biocombustíveis, constitui institucionalidade técnica específica de diálogo sobre a produção de biomassa para biodiesel na agenda de desenvolvimento, composta por grupos inseridos na implementação do Programa de Bioenergia da Bahia, coordenados pela SECTI, conforme estrutura organizacional da referida Rede.

⁵ Consultado a 05.01. 2012, em <http://www.seplan.ba.gov.br/cedeter.php>.

⁶ Consultado a 05.01.2012, em http://www.sedur.ba.gov.br/hotsite_folder_rms/.

Essa estrutura é representada graficamente em diagrama e caracteriza a RBB no âmbito da Rede Brasileira de Tecnologia do Biodiesel⁷ alocando em seu modelo de governança, um Grupo Técnico dentre os quatro grupos técnicos delineados, para integração do biodiesel à pequena produção familiar, que se poderia dizer que constitui o espaço de diálogo entre o Programa Governamental e os Agricultores Familiares. A Rede promoveu encontros onde os diferentes agentes interessados foram convidados a falar; trataremos do II e do III Encontros focalizando os Agricultores Familiares como fornecedores de matéria-prima.

No II Encontro da Rede Baiana de Biocombustíveis, em Itabuna, nos dias 18 e 19 de novembro de 2008, no espaço da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC (a qual se insere nos três demais GT da Rede), a conferência de abertura⁸ teve como tema “Desafios do mundo rural: um lugar de vida e trabalho”, problematizando a inserção da agricultura familiar no PNPB. No âmbito do planejamento governamental, o mundo rural estava concebido como espaço social em que atores representativos dos interesses das diferentes categorias sociais seriam protagonistas no jogo situacional do planejamento estratégico, e a natureza estava concebida como externa ao ser humano e sob domínio de tecnologias. Entretanto, na realidade vivida as populações rurais organizadas em movimentos sociais institucionalizados atuam enquanto sujeitos, individual e socialmente, imersos em diversidades naturais com potenciais econômicos, sociais, culturais e patrimoniais. Naquele contexto foram alinhados os seguintes desafios:

- i. O requisito de sustentabilidade socioambiental está imerso em questões ambientais em âmbito internacional.
- ii. O quê, para quem e para quê é o desenvolvimento rural, constituem termos de diferentes tensões estabelecidas entre grandes, médios e pequenos agentes econômicos personificados, que estruturam a sociedade.
- iii. Os agentes econômicos personificados representam diferentes processos produtivos e diferentes cosmovisões, desde o familiar pluriativo ao empresarial industrial que supõem integração, em que as brechas do

⁷ Diagrama disponível no link da Bahia nas palestras de apresentação dos Estados sobre P&D com Biodiesel, em evento ocorrido nos dias 29 e 30 de março de 2005. Consultado a 30.01.2012, em http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/menu/rede_brasileira_tecnologia/i_reuniao_rede.html.

⁸ Proferida por Cristina Maria Macêdo de Alencar, coordenadora desta pesquisa, a convite da SECTI.

mercado são os espaços possíveis de inserção para os pequenos produtores rurais.

- iv. A sobrevivência e permanência dos pequenos produtores rurais requer investimento de pequeno capital industrial regulado por mecanismos de contratualização, ou seja, a adesão ao paradigma tecnológico atualizado que supõe suprimento permanente de matéria prima.

A inserção dos agricultores familiares no Programa Nacional de Produção de Biocombustíveis e no Programa Bahiabio depende da superação de todos esses desafios, que se somaram a outros, tematizados no III Encontro da Rede Baiana de Biocombustíveis “Desafios e Possibilidades da Política de Biocombustíveis na Região Semi-árida da Bahia”.

O evento deveria ter acontecido em novembro de 2009 no município de Paulo Afonso-BA, e a SECTI justificava o local do evento por polarizar os territórios de Itaparica e Nordeste II, que, naquele ano, apresentavam os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado da Bahia, o que levou o Governo do Estado a desenvolver ações para melhorar as condições de vida da população desses territórios. Nesse contexto se pretendia possibilitar às comunidades desses territórios participarem das discussões sobre a produção de biocombustíveis e de alimento. O objetivo anunciado foi discutir a atual conjuntura do Programa de Bioenergia no estado da Bahia no contexto da estruturação da cadeia produtiva de oleaginosas consorciadas com culturas alimentares para produção sustentável de biocombustíveis na Região Semiárido, com a presença de produtores, pesquisadores, estudantes e técnicos.⁹¹⁰

O evento não aconteceu na data prevista devido à instabilidade política resultante da relação entre o governo municipal e o governo estadual. A 08 de abril de 2010 foi

⁹ Maior detalhamento desta problemática está desenvolvido no artigo “Condições sociais estruturantes para inserção de Agricultores Familiares na agenda dos biocombustíveis – Bahia / Brasil”, submetido em dezembro de 2013 a publicação pela revista *Cuadernos de Desarrollo Rural* da Pontifícia Universidad Javeriana da Colômbia.

¹⁰ Entre os diferentes parceiros contam-se: a Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a então Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (SEDIR), a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM), o Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), a Prefeitura de Paulo Afonso, o Instituto Federal da Bahia (IFBA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e a Universidade Católica do Salvador (UCSAL), esta última como realizadora de oficina com agricultores familiares sobre predisposição à inserção no Programa de Bioenergia do estado da Bahia.

realizada uma reunião, ainda preparatória do III encontro da Rede, com o objetivo de discutir a participação da Petrobrás Biodiesel (PBIO) no III Encontro Baiano de Biocombustíveis. Nessa reunião foi informado que, durante o evento, para o qual se esperava a participação de 300 pessoas (e não mais 450 como estimado para Paulo Afonso) das quais 150 seriam agricultores familiares, realizar-se-ia uma pesquisa sobre a participação da agricultura familiar no programa: tratava-se da oficina que seria realizada pela UCSAL no âmbito da pesquisa, apoiada pelo CNPQ, e que gerou resultados apresentados neste artigo. Estava ali presentes, além da própria SECTI, a COOPERO, e a PBIO.

O III Seminário aconteceu no município de Olindina, por ocasião do comprometimento público do governo do Estado com a instalação de uma esmagadora de oleaginosas naquele município e, por isso, em princípio, num ambiente politicamente favorável ao Programa, diante da insegurança institucional vivenciada no âmbito da SECTI.

A SECTI, que lidera a implantação do PNPB na escala estadual passou também por mudanças significativas dos titulares da pasta: Ildes Ferreira assumiu a Secretaria em 02 de janeiro de 2007, tendo permanecido por dois anos e sete meses quando foi substituído interinamente por Pedro Torres, então chefe de gabinete; Eduardo Lacerda Ramos assumiu a pasta em 09 de setembro de 2009, Francisco Feliciano Monteiro em 31 de março de 2010, e Paulo Francisco Câmara em 09 de fevereiro de 2011, o que finaliza o período desta pesquisa. E a SEAGRI dividida em Superintendência do Agronegócio e Superintendência da Agricultura Familiar (SUAF), reproduz em sua própria estrutura a disputa entre o agronegócio e a agricultura familiar de tal modo que os movimentos sociais rurais reivindicam a transformação da Superintendência em Secretaria da Agricultura Familiar.

A instabilidade política fez variar o grau de prioridade do Programa em geral e a inserção da agricultura familiar em particular; é ilustrativo desse processo a não realização do III Encontro em novembro de 2009 e o fato de que a RBB foi sendo desaquecida e nem mesmo o IV Encontro foi realizado.

Quando a RBB ainda estava ativa, em seu Informativo 253 de 18/06/2010, foi reproduzido um artigo de George Flexor¹¹ intitulado “O Programa Nacional de Biodiesel: avanços e limites” que, além de destacar o inquestionável sucesso produtivo,

¹¹ Professor e pesquisador do IM/UFRRJ, membro do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA/CPDA/UFRRJ).

tecnológico, de economias de divisas do PNPB, entre outros ganhos econômicos, demonstra o papel desempenhado pelo Estado para garantir o bom desempenho empresarial do setor, promovendo contínuos ajustes institucionais da produção à comercialização na cadeia produtiva. O autor chama atenção, entretanto, para o fato de que o PNPB apresentou desempenho inverso do ponto de vista distributivo e de justiça social, trazendo reflexões importantes sobre a inserção do agricultor familiar nesse processo, o que é visto como um fator que, se efetivada a inserção, daria legitimidade para o governo manter as expectativas das bases sociais que o elegeu em termos de uma agenda de desenvolvimento mais justa.

É nesse ponto que o diálogo entre sociedade civil e governo revela os limites da governança diante da concepção de desenvolvimento como um “negócio” e não como um processo histórico de conquistas de melhores condições de vida humana e planetária no âmbito de um projeto de sociedade cujo sentido do desenvolvimento apontasse “o futuro de uma sociedade mais igualitária e uma convivência mais harmoniosa com o planeta”, nas palavras já citadas de Leroy.

O planejamento compatível com o desenvolvimento como “negócio” equaliza as exigências dos diferentes segmentos sociais embora um e outro sejam radicalmente distintos em termos de nível de capitalização, instrução formal, interesses, familiaridade com as formalizações institucionais e burocráticas, e até mesmo o (des)conhecimento do cultivo, como é o caso do girassol no TI Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte, implicando em ritmos diferentes no fornecimento da matéria prima (Alencar, 2013).

Embora os mundos dos empresários do agronegócio, dos industriais e dos agricultores familiares sejam muito diferentes e por vezes antagônicos, eles constituem o não governamental na construção de um suposto pacto de desenvolvimento em que o governamental assume como diretriz os determinantes empresariais do agronegócio e da indústria, coerente com a condição de totalidade na sociedade capitalista.

O sucesso tecnológico do biodiesel como já mencionado acerca da composição do combustível evidenciava-se na superação rápida das expectativas de patamares de composição do diesel com biodiesel. Para o contexto aqui examinado, a citação é ilustrativa da desigualdade entre as possibilidades de êxitos tecnológicos e a extrema complexidade da construção social da realidade.

IV. O Agricultor Familiar na RBB

O Território de Identidade Agreste de Alagoinhas/ Litoral Norte, também denominado Litoral Norte e Agreste Baiano, sediou o III seminário da RBB. Este TI tem como endereço a sede de uma organização da sociedade civil, o Centro Territorial de Educação Profissional do Litoral Norte e Agreste Baiano (CETEP/LN), situado no município de Alagoinhas. Integram o Colegiado desse Território, a Cooperativa dos Produtores Rurais de Olindina (COOPERO), a Prefeitura Municipal de Pedrão, o Movimento de Luta pela Terra (MLT), o Movimento Via do Trabalho (MVT) de Entre Rios, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Aporá, a Prefeitura Municipal de Cardeal da Silva, o Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (CATRUFES), a Secretaria da Agricultura - SEAGRI da Prefeitura de Catu, a Prefeitura do Município de Alagoinhas, a Secretaria de Agro-negócio da Prefeitura de Rio Real, Secretaria Municipal de Ação Social – SEMAS da Prefeitura de Rio Real, o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS/HUMANATUS), EBDA Regional Alagoinhas, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia (SECULT) e um homem e uma mulher representando a sociedade civil. O Conselho estaria elaborando o documento que regulamenta seu funcionamento, e reunira-se pela última vez, com o fim de reestruturar-se, em 30 de julho de 2010.

Nesse III Seminário da RBB foi realizada a Oficina prevista nos procedimentos metodológicos desta pesquisa,¹² de modo a construir com os produtores uma conta de produção que permitisse avaliar a viabilidade econômica, social e ambiental (ecossocioambiental) da produção familiar de oleaginosas no contexto do Programa Bahiabio, por considerarmos com Kraychete (2009) em economias dos setores populares como a agricultura familiar, a viabilidade econômica pressupõe que “[...] as iniciativas direcionadas para a busca da sustentabilidade descolada dos processos de trabalho concretos peculiares a cada empreendimento e dos espaços nos quais os mesmos se situam, constituem-se numa abstração (*ibidem*: 1).

Tendo o evento contado com a participação de técnicos e produtores não familiares, esses segmentos também participaram da Oficina cuja inscrição foi livre, o que contribuiu para uma simulação mais próxima da desigualdade constituinte da realidade cotidiana.

¹² Agradeço aos pesquisadores do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza – UCSAL que colaboraram com a realização da Oficina: Mestre Carina Moreira Cezimbra, Mestre Maria Jocélia Souza Muritiba, Mestre Juca Ulhôa Cintra Paes da Cunha, Bacharel Rogério Mucugê Miranda.

Considerando que o Agricultor Familiar estava sendo inserido pelos governos brasileiro e baiano nos programas de biodiesel, o propósito da Oficina foi verificar o conhecimento desses produtores sobre o processo produtivo com oleaginosas, com foco nos custos das atividades produtivas e remuneração do trabalho familiar; o nível de organização do produtor; e em que nível a produção contempla a segurança alimentar. O problema estava em identificar evidências de como a produção de oleaginosas poder-se-ia tornar oportunidade de diversificação produtiva respeitando o modo de vida dos agricultores e das agricultoras familiares diante dos riscos de monocultura e de insegurança alimentar. Dito de outro modo buscou-se avaliar o potencial de viabilidade ecossocioambiental da produção de oleaginosas para biodiesel pelos agricultores familiares e, portanto, uma efetiva apropriação do Programa por esse segmento.

A dinâmica da oficina foi apresentada aos participantes, agricultores familiares e técnicos, constituindo-se da simulação de uma feira em que o produtor leva o seu produto para venda direta em atacado ou varejo, dividida em três momentos como descritos a seguir:

Primeiro momento:

- Atribuiu-se um produto a cada participante que foi solicitado a vender seu produto na feira, imaginando-se que essa produção precisa ser vendida e que existem vários compradores na feira.
- Facilitadores (técnicos, gestores e estudantes de iniciação científica) foram designados compradores, tentando estimular a competição para rebaixamento de preço argumentando: pequena quantidade, preço, pronta entrega, qualidade; o comprador que tem pressa porque tem compromisso, oferecia pagamento imediato e transporte da produção.

Segundo momento:

- Reflexão em plenária dos resultados do processo de comercialização por produto, avaliando se foi bom negócio ou mau negócio;
- Formulação de síntese, destacando o que ajuda e o que atrapalha o bom negócio.

Terceiro momento:

- Composição, em plenária, das contas de produção.

Como já dissemos, a oficina expressou, em termos de público, a mesma composição do público do evento que, tendo poucos Agricultores Familiares implicou em pouca presença daqueles que cultivavam girassol, a oleaginosa zoneada para o Território Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte. Isto inviabilizou o que se pretendia tendo em vista que, por não cultivarem aquela oleaginosa desconheciam seu comportamento de mercado e apenas milho, feijão e farinha foram escolhidos por eles para a dinâmica.

De acordo com o mencionado pressuposto teórico da economia dos setores populares, aqui assumido, tinha-se uma intervenção descolada da realidade concreta e, portanto, um elemento negativo na avaliação da viabilidade ecosocioeconômica que era o desconhecimento pelo produtor, daquilo que os programas induziram para o TI. Outros aspectos poderiam ainda ser apreendidos no cotidiano a ser exemplificado na Oficina, explicitando situações fundamentais a serem consideradas dadas as particularidades de organização da agricultura familiar.

Assim é que, analisando a comercialização do milho, observaram-se produtores que, no papel de vendedores, assumiram atitude passiva, apenas observando outros produtores que mercavam seus produtos e negociavam preços. Contudo, houve uma dinâmica de comércio bastante diversificada, a saber: venda de todo o estoque, concorrência prévia à finalização da venda, venda na planta por existir comprador demandando, compra no atacado para venda no varejão, venda por necessidade imediata do dinheiro e por desconhecer as expectativas de preço futuro, constatação de prejuízo por vender pelo preço declarado pelo demandante para o volume total da produção, mas que não correspondia ao preço unitário proposto pelo produtor (“... ofereceu R\$ 25,00 e calculou a R\$ 18,00; disse que pagava aquilo.”) Do lado dos compradores (representados por técnicos) o comportamento, tecnicamente instruído, permitiu ver que “... tem um cartel; decidi baixar o preço, mas o preço estava taxado; esperei.” “Na negociação da saca eles foram melhores, mas na hora do volume os compradores negociaram melhor. Como comprador eu vou com a conta na cabeça.”

Para a venda do feijão o vendedor chegou atrasado à feira, vendeu a R\$ 45,00 a saca porque a qualidade não era boa e teve medo de não vender. Além disso, a simulação apontou desvantagens na venda a varejo: “... feijão novo, velho e para semente, vendendo a litro não vende bem. Vim para vender só um saco e vendi 6 a R\$ 60,00 para 30 dias, mas ainda vão vender ... na roça.” Do lado do comprador,

novamente constatou-se a conduta técnica quando o comprador mandou pesquisadores de preço e de procedência do produto previamente à negociação.

Na venda da farinha, produto mais tradicional, a dinâmica foi de mais negociação em defesa de melhor preço de venda, “... Não vendi porque o preço abaixo de R\$ 70,00 não dá; voltei sem vender, preferi perder o frete.”; “Eu tô é morto! A minha farinha é boa, segurei o preço, mas não vendi; ... no banco não consegui empréstimo porque só empresta a aposentado e eu sou agricultor.”; “A R\$ 35,00, não dá para vender; aceitei a R\$ 68,00 para entregar na casa de farinha. Negociou um contrato anual a R\$ 53,00”.

Os resultados percebidos pelos agricultores familiares foram de que a produção material envolve a própria vida, a sobrevivência, mas também que “... Não se pode chegar no comércio e vender imediatamente; não dispensar o comprador, às vezes é preciso rebaixar o preço. ... Porque tem um grande comprador de vários pequenos, o preço é o do grande, mas eu não sei qual é o preço ...” O produtor preocupado com a estratégia e o comprador também; o produtor com necessidade de liquidez imediata, dificuldades de transporte, armazenamento, instrução formal e tecnológica, acesso a informações, atomizado enquanto o comprador com todas as condições necessárias à barganha.

A viabilidade ecosocioambiental requer que o produtor conheça não só o processo de produção daquilo que ele produz como também a dinâmica do mercado onde vai vender ou realizar sua produção, as condições ambientais de produção, e considere os condicionantes sociais, seu modo de vida, que envolvem suas decisões econômicas. A ausência, na Oficina, de produtores que já cultivem girassol ou que conheçam seu sistema produtivo inviabilizou o alcance do objetivo inicial de compor elementos para avaliar a inserção dos agricultores familiares como ofertantes daquela oleaginosa para produção de biodiesel, num suposto pacto com a esfera governamental na agenda de desenvolvimento.

Embora a Oficina não tenha possibilitado aferir a viabilidade ecosocioambiental da produção de oleaginosas pelos agricultores familiares para a produção de biodiesel, possibilitou evidenciar a desigualdade de condições de concorrência, desfavorável ao Agricultor Familiar, mesmo quando se trata de um produto de cultivo tradicional, ficando a comercialização fora do seu campo de informações. O prejuízo decorrente do preço de venda, por vezes, não é percebido dada a ausência de habilidade aritmética ou uso de máquina de calcular, situação ilustrada quando o comprador usa o aparelho celular como calculadora. Contudo, o prejuízo é real, e não surgiu durante a Oficina,

referência sobre alguma reserva ou outro tipo de recurso por parte do agricultor, embora tenha surgido referência sobre compromissos financeiros já assumidos.

Além da desigualdade em termos de poder de negociação na comercialização e em termos de domínio do sistema de informações, que nas condições de acesso à escola configuram desigualdade de classe, constatou-se também a diversidade entre os produtores (intraclasse) em termos de atitude proativa versus gestão do risco sem por em xeque o mínimo necessário à reprodução da família, a qual se mostrou como referência reguladora das possibilidades de negociação. A racionalidade da agricultura familiar apreendida na Oficina se afirma como uma visão de mundo, uma lógica, identificada desde o início do século XX por economistas russos dos quais Alexander Chayanov é certamente o nome mais difundido, não apreendida pela economia convencional, como interpreta Madureira Pinto (1981) pela,

[...] incapacidade das teorias e métodos econômicos convencionais para darem conta das formas de cálculo espontâneas que predominantemente orientam a lógica das unidades de produção em economia camponesa. Em tais formas de cálculo, o que fundamentalmente se equaciona, em termos mais qualitativos do que quantitativos, dizem-nos os neo-populistas russos, são, por um lado, as necessidades de subsistência do grupo doméstico [...] e, por outro, a desutilidade marginal (subjetivamente avaliada) do trabalho manual, pelo que a insistência dos economistas em querer reduzi-las aos padrões de comportamento teoricamente imputados ao empresário capitalista redundava numa completa mistificação. [...] Através de laboriosas demonstrações quantitativas, Chayanov revelou ainda a importância de que se revestem, neste cálculo implícito, quer a relação da família, quer a relação numérica que nela se estabelece entre os membros activos e os não activos [...]. (Madureira Pinto, 1981: 79- 80)

Do início do século XX na Rússia, a que se referem as pesquisas de Chayanov, ao início do século XXI, no Brasil, onde praticamente deixa-se de falar em economia camponesa, a especificidade da organização econômica familiar mantém racionalidade que a distingue daquela empresarial capitalista à qual o Agricultor Familiar precisa responder positivamente para inserir-se em programa governamental da monta do de produção de biomassa para biodiesel. Apoiamo-nos para essa afirmativa em intervenções e pesquisas no âmbito da Economia Popular

Diferentemente da empresa capitalista, que desloca trabalhadores e fecha oportunidades de trabalho, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada à lógica da “reprodução da vida na unidade familiar” (Coragio, 1998). Ao contrário das empresas que – na busca do lucro, da

competitividade e da produtividade – dispensam mão-de-obra, os “empreendimentos populares” não podem dispensar os filhos, filhas, cônjuges ou idosos que gravitam no seu entorno.

Para os empreendimentos populares, por exemplo, a perda do emprego de um dos membros da família tende a ser absorvida como um “custo” adicional para o próprio negócio. Ou seja, como a família não pode “dispensar” os seus membros, os recursos que seriam destinados ao empreendimento são redirecionados para as despesas básicas do consumo familiar, mesmo que comprometendo o “capital de giro” ou a “lucratividade” do empreendimento.

O que seria um comportamento irracional ou ineficiente, sob a lógica da acumulação de capital, assume outro significado para os empreendimentos populares. (Kraychete, 2002: 90)

Ao desafio epistemológico e político de se estabelecer diálogo entre diferentes lógicas que contrapõem racionalidades e visões de mundo, a inclusão produtiva e social do agricultor familiar através de política governamental passa, necessariamente, pela superação da falta de instrução formal e tecnológica (hegemônica e contra-hegemônica), pelo acesso a informações de mercado e pela assistência técnica e social. As medidas para esta superação requerem que o programa produtivo seja pensado numa agenda em que o desenvolvimento signifique processo histórico social favorável à qualidade de vida humana com equidade e justiça socioambiental. Isto implica em projeto de sociedade nacional com autonomia e ruptura paradigmática com o desenvolvimento guiado por interesses internacionais e de agências multilaterais, além de conhecimento sobre o paradigma a ser superado, o qual se impõe como verdade e única possibilidade de pautar o desenvolvimento, como alerta Pereira (2011) ao tratar da posição do Banco Mundial na agenda socioambiental:

[...] 1992 [...] o banco gradativamente e apropriou da linguagem ambientalista, acomodando-a no arcabouço conceitual da “administração ambiental”, ancorado nos pressupostos da economia neoclássica e subordinado ao programa neoliberal. [...]

Com apenas cinco especialistas em meio ambiente em 1985, o banco empregava trezentos profissionais dez anos depois, subordinados a uma vice-presidência de Desenvolvimento ambientalmente sustentável bem equipada e financiada. Em 1985, o Banco produziu 57 relatórios dedicados parcial ou integralmente ao meio ambiente, num total de 1.238. No ano de 1995, os relatórios com alguma fatia verde chegaram a 408, num universo de 1.760. Em pouco tempo, o banco tornou-se uma *autoridade para produzir ‘dados’ considerados indispensáveis por gestores públicos e pesquisadores no mundo todo* em matéria de ‘desenvolvimento sustentável’. (Pereira, 2011: 246) (grifo nosso)

Nesse ambiente social é gritante a desigualdade entre agricultores familiares e industriais do biodiesel o que ilustramos não só como o domínio da aritmética ou a propriedade e uso da máquina de calcular, mas também como ocorre com o PNPB aonde a garantia da oferta do biocombustível é o balizador das ações e controles institucionais tornando a “... cadeia de soja, a única estrutura organizacional capaz de responder aos desafios postos pela necessidade de abastecer um mercado desse tipo e dessa amplitude” (Flexor, 2010:6).

V. Concluindo

Sem autonomia política nacional e equidade social parece-nos remota a possibilidade de se afirmar a composição de agenda de desenvolvimento socioambiental entre agricultores familiares, governos e empresários capitalistas do agronegócio e da indústria de biodiesel. A dificuldade para composição dessa agenda está na desigualdade de condições de participação quando todos os segmentos grandes estão do lado da balança em que pesam as determinações globais, de reprodução ampliada do capital e do desenvolvimento urbano industrial e, do outro lado está a pequena produção familiar, como designada no Modelo de Governança da Rede Baiana de Biocombustíveis. Estas foram as condições observadas durante a dinâmica de coleta de dados, cujos resultados apontaram problemas de viabilidade ecossocioeconômica, mesmo para cultivos agrícolas tradicionais.

Podemos afirmar que os termos da pactuação de uma agenda de desenvolvimento como a de produção de biomassa para biodiesel, tendo de um lado agentes econômicos para os quais a produção econômica é simultaneamente “lugar de vida e trabalho”, e de outros agentes econômicos de reprodução ampliada do capital, contemplam sob paradigmas antagônicos o requisito de sustentabilidade nos termos socioambiental e ambiental, respectivamente.

Por certo estão em questão os sentidos do desenvolvimento nas relações entre o rural e o urbano, a agricultura e a indústria, as disputas em torno da sustentabilidade que definem os termos de diferentes tensões estabelecidas entre grandes, médios e pequenos agentes econômicos personificados, que estruturam a sociedade e representam diferentes processos produtivos e cosmovisões.

Nas condições em que se dá a construção da agenda na dinâmica do desenvolvimento metropolitano, mesmo no avanço democrático das institucionalidades do Desenvolvimento Territorial, à pequena produção familiar resta integrar-se às

brechas do mercado como os espaços possíveis de inserção. Não se podendo dizer que há efetiva apropriação dos programas de biodiesel pelos pequenos produtores familiares como prevê a RBB, também não é possível afirmar que se trata de uma agenda de desenvolvimento pactuada por todos os segmentos considerados no Modelo de Governança.

Referências bibliográficas

- Alencar, Cristina Maria Macêdo de (2011), “Territórios de identidade: disputas e cooperações entre o rural e o urbano”, in Sylvio Bandeira de Mello e Silva (org.), *Estudos sobre dinâmica territorial, ambiente e planejamento*. João Pessoa, PB: GRAFSET, 49-68.
- Alencar, Cristina Maria Macêdo de (2013), *Condições sociais estruturantes para inserção de Agricultores Familiares na agenda dos biocombustíveis – Bahia / Brasil* (no aguardo de publicação).
- Andrade, Telma Côrtes Quadros de; Santos, Rafael Elverson Amorim; Lopes, Juliano da Silva (2009), *Experiências da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Programa de Bioenergia do Estado da Bahia*. SECTI-BAHIA (no prelo).
- Aragão, Francisca Santos de (1997), “O doce do açúcar virando amargura”. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, Brasil, 200pp.
- Bahia (2007), Plano Plurianual de Investimentos, o PPA 2008 – 2011. Lei n.º 6.302 de 19 de dezembro de 2007.
- Bahia (2008), Secretaria de Agricultura, Reforma Agrária e Irrigação. Programa de Bioenergia – BAHIABIO. Consultado a 10.06.2010, em www.seagri.ba.gov.br/bahiabio.pdf.
- Bahia (2013), Secretaria de Planejamento. Consultado a 5 de dezembro de 2013, em <http://www.seplan.ba.gov.br/cedeter.php>.
- Bermann, Célio; Moreno, Luis Macedo; Domingues, Mariana Soares; Rosemberg, Renato (2008), “Desafios e perspectivas dos agrocombustíveis no Brasil: a agricultura familiar face ao etanol de cana-de-açúcar e ao biodiesel da soja, mamona e dendê”, in FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos (orgs.), *Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa. Subsídios ao Debate*. Rio de Janeiro. REBRIP/FASE, 58-113.

- Brandão, Carlos (2007), *Território e desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, SP: Editora UNICAMP.
- Carvalho, Simone Pereira de; Marin, Joel Orlando Bevilaqua (2011), “Agricultura familiar e agroindústria canavieira: impasses sociais”, *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 49(03), 681-708.
- FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos (orgs.) (2008), *Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa. Subsídios ao Debate*. Rio de Janeiro. REBRIP/FASE.
- Favareto, Arilson; Magalhães, Reginaldo; Schroder, Monica (2008), “Dilemas da inovação institucional e governança nos arranjos produtivos do biodiesel”. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 20-23 de julho, Rio Branco, Acre, Brasil.
- Flexor, George (2010), “O Programa Nacional de Biodiesel: avanços e limites”, *Boletim Informativo da Rede Baiana de Biocombustíveis*, nº 253. Salvador, Governo da Bahia, 3-8.
- Kraychete, Gabriel (2002), “A produção de mercadorias por não mercadorias”, *Bahia Análise & Dados*, 12(1), 85-92.
- Kraychete, Gabriel (2009), “Processo de trabalho, território e sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária”, in Pedro Claudio Cunca Bocayuva; Ana Paula de Moura Varanda (orgs.), *Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas*. Rio de Janeiro: FASE e IPPUR/UFRJ, 129-142.
- Leroy, Jean Pierre (2008), “Contextualização e problematização dos agrocombustíveis no Brasil”, in FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos (orgs.), *Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa. Subsídios ao Debate*. Rio de Janeiro: REBRIP/FASE, 14-21.
- Madureira Pinto, José (1981), “O espaço social rural”, in José Madureira Pinto, *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*. Porto: Afrontamento, 73-91.
- Pacheco, Maria Emilia (2008), “Palestra”, in “Relatório final 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável”. Brasília: IPEA, 41-45.
- Pereira, João Márcio Mendes (2011), “Conflitos e parcerias em torno de projetos socioambientais”, *Tempo Social*, 23(2), 235-263.

Sachs, Ignacy (2008), *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond [3.^a ed.].

Santos, Rafael Elverson Amorim (2010), *Políticas públicas e estratégias de fomento do biodiesel na bahia: posicionamento do governo versus percepção do agricultor familiar*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Tecnologia e Ciências, Salvador – Bahia, Brasil.